

LÚCIO ÁLVARO MARQUES*

JOSÉ DE ACOSTA E A FUNDAMENTAÇÃO DA LEI NATURAL

José de Acosta and the foundations of the Natural Law

Abstract

The work *De procuranda indorum salute*, by José de Acosta, remains unknown in the lands where its redactions were inspired. We include Acosta so as Martín de Azpilcueta, Francisco de Vitoria, Bartolomeu de Las Casas, Juan Guínés de Sepúlveda – and so many others writers that performed great intellectual activities about and in Latin America – in the list of “historic analphabetism”, because these authors that made so much for the thought of our continent haven’t been appreciated yet. The work of Acosta differs in the use he makes of the ecclesiastical and philosophical sources as in the method in relation to, for example, Bartolomeu de Las Casas, whose completed works will be published soon. Because of that, his work deserves that we study carefully the sources as the content to answer to fundamental questions: which is the place of the “philosophy” and “theology” in Acosta’s thought? Which is the value of the method and of the content propose by him to think the transmission of christianity? Here are the issues discussed in this article.

Keywords: Church Fathers; Philosophers; Indians; Missionaries.

Authours: Aristotle; John Chrisostom; Augustine of Hippo; Joseph of Acosta.

* CAPES, Ministério da Educação, Brasília, Brasil. Pós-doutorando em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Filosofia e Instituto de Filosofia – Via Panorâmica s/n 4150-564 – Porto – Portugal. Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa *Scholastica Colonialis* ao qual estamos afiliados academicamente: <http://www.scholasticacolonialis.com>. Email: lucio.alvaro.marques@gmail.com.

Resumo

A obra *De procuranda indorum salute*, de José de Acosta, permanece desconhecida nas terras que inspiraram sua redação. Inscrevemos tanto Acosta quanto Martín de Azpilcueta, Francisco de Vitoria, Bartolomeu de Las Casas, Juan Guínés de Sepúlveda e tantos outros escritores que desempenharam grande atividade intelectual *na e sobre* a América Latina no rol do nosso “analfabetismo histórico”, pois esses que tanto fizeram pelo pensamento no nosso continente ainda não foram devidamente apreciados. A obra de Acosta difere tanto no uso que faz das fontes eclesiásticas e filosóficas quanto no método em relação, por exemplo, a Bartolomeu de Las Casas, cujas obras completas estão vindo a lume. Por isso, merece que estudemos atentamente tanto as fontes quanto o conteúdo para respondermos duas questões fundamentais: qual é o lugar da “filosofia” e da “teologia” no pensamento de Acosta? Qual é o valor do método e o teor do conteúdo propostos por ele para pensar a transmissão do cristianismo? Eis as questões debatidas nesse artigo.

Palavras-chave: Padres da Igreja; Filósofos; Índios; Missionários.

Autores: Aristóteles; João Crisóstomo, Agostinho de Hipona; José de Acosta.

A escrita de José de Acosta (1539-1600) merece reconhecimento pela qualidade da redação e completude de visão subjacente. Quanto à redação, destacamos a riqueza das fontes pesquisadas e o valor sapiencial encontrado na obra. Quanto à visão que apresenta da realidade, merece consideração a consciência dos problemas catequéticos e econômicos da América, além da clareza e praticidade dos métodos propostos para a evangelização. Destaque-se, ainda, a profunda erudição filosófica e teológica do escritor. Diferentemente de Las Casas, que não poucas vezes criticou pensadores como Aristóteles e o modo como Juan Guínés de Sepúlveda empregou argumentos extraídos do filósofo, Acosta cita positivamente bastante os filósofos, especialmente Aristóteles, além de uma profusão de outros autores. Tal fato torna sua obra um monumento de erudição, habilidade e consistência argumentativa.

Acosta não despreza a seriedade dos problemas atinentes à evangelização: o escândalo da exploração colonial espanhola, a ausência de autênticos missionários e o erro de método tanto na deficiência da língua quanto na pedagogia ilusória e ideologicamente distorcida dos pregadores. Por isso, propõe uma reforma política do método evangelizador: a elaboração de catecismos adequados, a fundação de escolas e cátedras para formação e seleção de missionários e funcionários idôneos para a relação com os indígenas. Tal reforma alicerça-se no “Catecismo de Lima” e numa visão fortemente ilustrada pelos Padres da Igreja. Empregando de modo típico os Padres, e neste caso o *De catechizandis rudibus* (10, 15) de Agostinho, ele exorta: «se o

entendimento goza penetrando as verdades mais sutis, também há de gozar o que entendo como amor, quanto com mais afabilidade descende ao último, com tanto mais força volta à sua intimidade em boa consciência, sem buscar nada daqueles a quem descende, senão sua salvação eterna»¹³⁵. Então, quer pelo entendimento quer pelo amor, cabe a todos os catequistas enfrentarem o cansaço e empenharem-se verdadeira e completamente no trabalho pela salvação eterna dos indígenas. Dito isso, analisemos como Acosta emprega as fontes, estrutura a obra e define a excelência dos missionários.

1. O uso das fontes

Entre os primeiros elementos que merecem destaque na escrita de Acosta está o uso das fontes: o autor faz referência a trinta e oito fontes distintas, mas o que impressiona é a acuidade do emprego das mesmas. Entre as fontes, destacamos inicialmente trinta e nove livros do Antigo Testamento e vinte e cinco livros do Novo. Além disso, ele cita catorze Concílios eclesiais, o que revela não só um grande conhecimento da Tradição cristã, mas também evidencia a consciência de pertença a uma forma argumentativa própria. Entre os Concílios, Acosta cita vinte e uma vezes o Tridentino e vinte e quatro vezes o Concílio Limense (Peru, Lima: primeiro concílio, 1551-1552; segundo, 1567-1568; terceiro, 1582-1583). Considerando o teor de ambos, pode-se intuir algo sobre o sentido básico da compreensão eclesial do autor, pois embora não despreze a disciplina romana destaca o comprometimento com a reflexão e busca de uma compreensão eclesial fundamentalmente voltada para as necessidades iminentes do seu tempo e da realidade em que se encontra.

Além dos textos eclesiais, o maior destaque encontra-se nas múltiplas citações dos Filósofos e dos Padres. Cita nove Padres e oito Filósofos. Entre os Filósofos, Fílon, Epimênides, Sêneca e Platão receberam uma referência apenas. De Cícero citou duas obras e de Plutarco, três. Também Aristóteles e Tomás de Aquino mereceram grande atenção: de ambos citou sete obras, atribuindo a Tomás onze referências e a Aristóteles vinte e sete referências, o que mostra a amplitude das análises e considerações da filosofia como um dos eixos estruturantes da sua argumentação que o faz a partir das citações e discussões diretas dos autores em questão.

¹³⁵ ACOSTA, José de, *De procuranda Indorum salute*, 2 vol., edición bilingüe (Corpus Hispanorum de Pace) Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid 1984-1987, IV, XXI, 2, p. 161.

Contudo, não é somente esse aspecto que merece destaque. Diferentemente de Bartolomeu de Las Casas, por exemplo, que interpreta crítica e polemicamente a herança aristotélica no seu discurso em Valladolid, Acosta faz referências positivas a Aristóteles. Para desautorizar os argumentos de Juan G. Sepúlveda, Las Casas desarticula a lógica aristotélica em favor de uma compreensão “igualitarista” e salvacionista da sociedade. Exemplifiquemos as diferenças:

Adeus, Aristóteles! O Cristo, que é a verdade eterna, deixou-nos este mandamento: “Amarás ao próximo como a ti mesmo”. [...] Apesar de ter sido um filósofo profundo, Aristóteles não era digno de ser salvo e de chegar a Deus pelo conhecimento da verdadeira fé (Las Casas, *Apologia*, 3).¹³⁶

Las Casas não admite doravante o valor da lógica aristotélica, pois o Filósofo ainda considera a possibilidade, de certa forma, de eventualmente admitir-se a superioridade entre parcelas da sociedade humana, além de não ter conhecido a verdade da revelação. Para Las Casas, a universalidade do amor ao próximo veta qualquer possibilidade de considerar alguma forma de escravidão como algo legal. O amor revelado no cristianismo funda uma sociedade estruturada na igualdade entre todos os povos. O contrário da igualdade dos povos e, inclusive o direito à guerra justa, estão, segundo Las Casas, alicerçados na lógica aristotélica que subjaz aos argumentos de Sepúlveda:

...Qui prudentia, ingenio, virtute omni ac humanitate tam longe superantur ab Hispanis, quam pueri a perfecta aetate, mulieres a viris: saevi et immanes a mitissimis, prodigi et intemperantes a continentibus et temperatis, denique quam simiae prope dixerim ab hominibus.

... Los cuales en prudencia, ingenio, virtud y humanidad son tan inferiores á los españoles como los niños á los adultos y las mujeres á los varones, habiendo entre ellos tanta diferencia como la que va de gentes fieras y crueles á gentes clementísimas, de los prodigiosamente intemperantes á los continentes y templados, y estoy por decir que de monos á hombres.¹³⁷

¹³⁶ TODOROV, Tzveta, *A conquista da América: a questão do outro*, Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Martins Fontes, São Paulo 2003, pp. 233-234.

¹³⁷ SEPÚLVEDA, Juan Ginés de, *Democrates alter sive de justis belli causis apud indos*, Prólogo, traducción y edición de Marcelino Menéndez y Pelayo, Boletín de la Real Academia de la Historia, 21 (1892). 257-369, aqui pp. 304-305 (edição online na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes).

Segundo Las Casas, a lógica de Sepúlveda é fundamentalmente aristotélica, o que denuncia um uso, ou melhor, um abuso da argumentação do Estagirita. Ao contrário de Las Casas, Acosta emprega a argumentação aristotélica positivamente. Para exemplificar, vejamos a consideração da antropofagia à luz do pensamento aristotélico:

E a Sagrada Escritura o condena gravemente: entre outras coisas, acusa severamente aos antigos adoradores dos ídolos de que *comiam entranhas humanas*. Também a filosofia ensina que este costume é bestial, e diz Aristóteles que se deve contar entre os maiores opróbrios das ações humanas. Para derramar o sêmen humano não pode ser causa honesta aliviar o corpo senão em legítimo matrimônio, ainda que pela retenção desse humor se seguisse a morte. Assim tampouco nenhuma necessidade de satisfazer a fome pode tornar lícito comer carne de cadáver humano.¹³⁸

Dentro da argumentação sobre o reto amor a si mesmo, Acosta emprega argumentos do Estagirita para evidenciar a impossibilidade de se colocar as necessidades humanas acima de qualquer norma da lei natural. Nenhuma necessidade humana justifica a antropofagia, nem as uniões sexuais ilícitas. Tanto nessa quanto em diversas outras passagens, Acosta aproxima a compreensão aristotélica dos ensinamentos da Escritura. Nesse aspecto, difere tanto da distorção que Sepúlveda operou nos argumentos aristotélicos para supostamente justificar a inferioridade dos indígenas quanto da recusa de Las Casas em considerar a seriedade do autor e demonstra que Aristóteles, embora sem conhecer a revelação, ainda assim contém argumentos e princípios que coadunam perfeitamente com a compreensão cristã. Nesse sentido, Acosta não só cita Aristóteles como argumento de autoridade, mas também reflete sobre seus argumentos procurando justificar coerentemente suas posições.

A outra fonte que o autor continuamente referencia são os Padres. Entre os nove Padres que cita, apenas Hilário recebe somente uma referência. De Basílio, Cypriano e João Damasceno cita três obras de cada. De Gregório Nazianzeno, cinco obras. De Ambrósio, sete e oito obras de Jerônimo, além de quinze obras de Crisóstomo com vinte e nove referências e vinte e cinco obras de Agostinho com sessenta e nove referências. A considerar Filósofos e Padres, Tomás de Aquino recebeu onze referências, Aristóteles, vinte e sete,

¹³⁸ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XII, 4, p. 281.

Crisóstomo, vinte e nove e Agostinho, sessenta e nove referências, o que nos permite entender a lógica subjacente aos argumentos de Acosta. Entre os Filósofos, Tomás e Aristóteles destacam-se e entre os Padres, Crisóstomo e Agostinho. Para além do aspecto numérico, fica patente o valor atribuído aos Padres na reflexão de Acosta. Visto que ele não apenas cita os Padres e os Filósofos, mas desenvolve rigorosamente a argumentação de cada autor que cita e explicita sua interpretação. Ele não os cita como argumento de autoridade, mas argumenta a partir de cada aspecto do pensamento dos autores e, geralmente, expande a perspectiva analisada. Com isso, já podemos responder parcialmente à primeira questão presente no resumo. Em Acosta encontram-se três eixos estruturantes da sua argumentação: a Escritura e a Tradição, exemplificada pelos Concílios; a Filosofia cujos representantes principais São Tomás e Aristóteles e a Teologia alicerçada fundamentalmente nos Santos Padres, especialmente em Crisóstomo e Agostinho. Embora recorrendo a fontes distintas, Acosta não menospreza as diferenças. Não sobrepõe a Teologia ou a Tradição à Filosofia ou vice-versa. Antes, procura articular a argumentação servindo-se dos principais elementos presentes nas mesmas, embora seu interesse precípuo seja catequético e missionário.

2. Estrutura da obra

De procuranda indorum salute consta de dois volumes e somente o segundo (a que tivemos acesso) com quinhentas e vinte e uma páginas em edição bilíngue latim e espanhol. Nesse volume encontram-se os livros quarto, quinto e sexto, destinados, respectivamente, aos ministros espirituais, ao Catecismo e ao método de catequizar e à administração dos sacramentos aos índios. No livro quarto destacam-se aspectos fundamentais da compreensão acostiana sobre os ministros. Após sublinhar a nobreza do ministério sacerdotal e descrever a situação de atraso e a perversidade dos costumes daqueles a quem se dirige a ação missionária, Acosta passa ao elenco de características imprescindíveis aos ministros: idoneidade de caráter, conhecimento necessário da língua dos índios, ciência necessária aos sacerdotes, necessidade de teólogos eminentes no Novo Orbe, cultivo da virtude, isenção de avaréza, necessidade da oração e do exemplo de vida. Essas e outras características constituem os traços fundamentais dos missionários que devem buscar, antes de tudo, o bem dos povos aos quais se destinam. Todo o trabalho dos ministros não se reduz à mera obrigação, por isso o fruto esperado nasce de três pressupostos

fundamentais: o ministro esteja consciente de que administra os mistérios divinos e deve amar os seus ouvintes, pois toda a sua obra nasce do amor missionário e retorna ao amor divino; o ministro trabalhe com esperança de colher bons frutos e para isso, «desterre a avareza, dê exemplo de vida íntegra, refute do alcance dos índios suas vãs opiniões, mostre-os o caminho da verdade e insiste, ministro do Evangelho, com toda diligência nestes pontos» e, finalmente, trabalhe consciente da utilidade do seu esforço, pois conduz os homens à salvação e “só com paciência se obtém o fruto”¹³⁹.

O quinto livro dedicado ao Catecismo e ao método de catequizar destaca o “cristocentrismo” catequético do cristianismo. Dentre as verdades fundamentais do catecismo destacam-se o mistério da Trindade, a necessidade do conhecimento de Cristo para a salvação, o mistério da Igreja, os preceitos do Decálogo, a refutação das idolatrias, o amor a si mesmo e ao próximo, o compromisso dos párocos e o trabalho dos Jesuítas nas Paróquias. Tanto no diálogo com os indígenas quanto na administração dos sacramentos, o ministro esteja atento para transmitir adequadamente tanto as verdades do catecismo quanto para perseverar na exigente obra missionária. Nesse livro, destacam-se entre os frutos esperados das missões: a salvação dos índios mediante o exemplo de honestidade e integridade de vida dos missionários, pois «o ensinamento do servidor do Evangelho não caia desnaturalizado por motivos de avareza ou por sinistro rumor de leviandade»; os párocos não se façam conhecer somente pela repreensão e castigo, mas pela capacidade de «consolar, interceder e fazer-se amigo de todos os implicados»¹⁴⁰ na missão; mediante o reconhecimento da amizade dos missionários, os índios naturalmente aproximam-se dos sacramentos, especialmente a penitência; difunda-se a Palavra de Deus para que aprendam de memória o catecismo, instruem-se na fé e adotem retos costumes, exortem a ponto dos índios se submeterem livremente à voz e à autoridade do pregador. Enfim, como fruto do método catequético espera-se «o exemplo; a beneficência; a administração dos sacramentos, especialmente da penitência; e, por último, a promoção e divulgação da Palavra de Deus»¹⁴¹.

O sexto livro trata da administração dos sacramentos aos índios. Começa pelo método e apresenta as disposições necessárias aos sacramentos, como a

¹³⁹ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., IV, XXII, 2, 171 e IV, XXII, 3, p. 173.

¹⁴⁰ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XXII, 1, 337 e V, XXII, 2, p. 337.

¹⁴¹ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XXII, 4, p. 339.

vontade, a fé e a conversão necessárias à recepção do batismo, assim como toda a disciplina necessária e complementar à administração dos demais sacramentos, destacando-se, sobretudo, a penitência, o matrimônio e a extrema-unção. Anotam-se ainda os impedimentos aos sacramentos e finaliza com as causas da salvação dos índios, sendo essa a razão e o fim de todo o trabalho missionário. Também nesse livro Acosta destaca os elementos fundamentais desejados nessa obra: o progresso na religião cristã deve ultrapassar todas as ganâncias e rendas esperadas pelos príncipes e autoridades cristãs; o zelo pelas coisas divinas seja a razão que governe todos os esforços dos missionários; o capricho próprio e a cobiça deem lugar à vocação e dedicação dos religiosos. Acosta não se engana quanto à dificuldade de realização de todos os objetos sistematicamente apresentados em cada parte, no entanto, afirma que «humanamente isto é totalmente impossível, mas para Deus tudo é possível. Porque isto seja difícil aos olhos deste povo, viria a ser por isso difícil aos meus olhos?, diz o Senhor»¹⁴².

Após considerar as fontes do pensamento de Acosta e conscientes da estrutura da obra, podemos retomar a segunda pergunta que orienta nossa investigação: qual é o valor do método e o teor do conteúdo propostos por ele para pensar a transmissão do cristianismo? Notoriamente se reconhece o desejo de Acosta em constituir um trabalho missionário que não só atinja objetos práticos e cristianizadores, mas que tenha verdadeira eficiência catequética. Cabe-nos, então, considerar sua busca de excelência missionária no intuito de explicitar tanto o valor do método proposto quanto o teor do conteúdo anunciado. Para tanto consideraremos na terceira parte desse artigo a dignidade dos ministros, o método e o conteúdo do anúncio missionário.

3. A excelência missionária

Para esta reflexão, não nos interessamos somente por destacar os elementos de resposta à questão, mas também evidenciaremos o lugar da influência dos Padres no pensamento do nosso autor. Toda a teologia do ministério e da missão acostiana depende fundamentalmente da sua filiação ao pensamento patrístico, por isso consideremos sua compreensão sobre o ministério na pessoa do ministro, o método catequético e o conteúdo da missão.

¹⁴² ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., VI, XXIV, 4, p. 491.

a) A decência do ministro

Pode-se afirmar que há em José de Acosta uma teologia do ministério ordenado. Ele considera o ministro e reflete sobre a sua dignidade ressaltando não só o que são os ministros presentes na América, mas, antes, como devem ser e se comportar os ministros que assumem o encargo missionário. Antes de destacar a excelência do próprio ministro, Acosta faz questão de elencar uma série de condições necessárias para o bom e digno desempenho do ministério. O ministro não pode ser qualquer pessoa que somente manifeste boa disposição para o trabalho; antes, deve ser alguém imbuído de uma série de características essenciais à missão e ao compromisso assumido. As características essenciais ao ministro já foram apresentadas no Concílio de Trento e Acosta faz questão de frisar e destaca-las nos seus aspectos fundamentais no capítulo dedicado à *Ciência necessária ao sacerdote*.

Ao ministro compete o conhecimento da língua para a reta transmissão da doutrina segundo a capacidade dos ouvintes, pois ele transmitirá as verdades do credo, os mistérios da fé, os mandamentos de Deus e o ensinamento da prática dos sacramentos. Mas não bastam ao ministro essas características como se fosse o compêndio de todos os dons, espera-se também que o ministro tenha uma vida honrada e tenha com quem se instruir nas questões mais difíceis, por isso necessário se faz que haja boas escolas e as doutrinas sejam transmitidas com profundidade. Ademais, o ministério exige ainda se «apoiar mais na prudência e no conhecimento da condição e costumes indígenas que em refinadas letras», ou seja, a vida pura e reta e uma profunda “sensibilidade prática” serão mais úteis ao ministro que somente uma grande erudição. Aliado à sensibilidade para o discernimento entre o bem e o mal, Acosta afirma que «ajudará muito a leitura dos Padres como Gregório, Basílio, Bernardo e outros, e a meditação sobre as Sagradas Escrituras»¹⁴³. Isso constitui um perfil missionário profundamente “pastoral e santo”, isto é, atento à realidade em que trabalha e voltado para o ensinamento do Senhor. Tais conselhos não só são sábios, mas conservam uma grande atualidade e valor para todos os tempos, pois o ministério pensado por Acosta alicerça-se, principalmente, na retidão de caráter do ministro, na busca da verdadeira sabedoria e no reto conhecimento. Além disso, ele reafirma o ideal da santidade como meta do ministério, pois somente pelo exemplo pode-se verdadeiramente catequizar.

¹⁴³ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., IV, X, 2, pp. 85-87.

Ele assevera: deseja-se ainda no «ministro de Deus uma exímia santidade de vida junto com iguais méritos de prudência e habilidade»¹⁴⁴.

Além da exortação à meditação dos Padres, Acosta cita-os explicitamente como exemplo de vida e ministério. E como se isso não bastasse, acrescenta uma séria exortação sobre a vida e a condução esperada dos ministros, pois aos Padres já causava escândalo um ministro que não fosse digno de tão grande missão. Os que não catequizam pelo exemplo são indignos de sua missão e mais, os que não primam pela santidade de vida, sejam declarados inimigos da grei do Senhor. No capítulo dedicado à *Excelência do ministério sacerdotal*, ele recorre à carta de Dionísio a Demófilo para fundamentar tão grande ideal de vida e ministério:

*Se, pois é santa a distinção dos sacerdotes que iluminam o mundo, sem dúvida se desviaram por completo da ordem sacerdotal e de toda virtude o que não está iluminando e muitíssimo mais o que não está iluminado. E a mim me parece que este é demasiado audaz se se atreve a exercer o ministério sacerdotal e não tem medo, nem teme celebrar mistérios, sem mérito seu, e pensa que se ocultam a Deus os pensamentos que se escondem em sua consciência, e crê enganar a Deus, ao que falsamente chama pai, e ousa levar ao altar suas próprias blasfêmias (pois não se podem chamar orações) e as pronuncia, como faria Cristo sobre aqueles sinais sagrados. Não é este um sacerdote, senão inimigo, funesto, desleal, joguete de si mesmo, e lobo vestido em pele de ovelha para a grei do Senhor.*¹⁴⁵

Ao ministro compete o dom de anunciar e catequizar, porém a eficácia do seu ministério decorre fundamentalmente da santidade e do exemplo de vida. Quer pela capacidade de meditar a Palavra e a leitura dos Padres quer pela prudência e santidade, o ministro só se torna verdadeiramente digno à medida que sua vida, iluminada pelo Senhor, ilumina os demais no caminho de santidade. Todo afastamento da prudência e santidade torna indigno aquele que deve ser o ministro dos sinais sagrados no mundo. Tendo dado tamanho destaque à dignidade do ministro e às exigências fundamentais do seu ministério, Acosta volta-se ao método de ensino adequado para o uso do ministro.

¹⁴⁴ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., IV, X, 2, p. 87.

¹⁴⁵ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., IV, I, 3, pp. 9-11.

b) O método de ensino

O ministro não tem as mesmas funções de um homem de Estado. Ele não vem em nome do Estado ou do Imperador para realizar uma obra na América. Antes, o ministro aproxima-se das pessoas mediante a “autoridade outorgada por Deus”¹⁴⁶. Com essa afirmação que, aparentemente é banal, Acosta marca a profunda diferença entre o que faz o ministro e o que fazem os demais homens do Estado. O ministro não vem aos povos em nome do Estado, mas em nome de Deus. Ele não é um servo ou funcionário que visa manter a ordem social por amor ao Império, mas, antes, ele vem «para servir a Deus e presidir o povo com autoridade outorgada por Deus». A compreensão da função do ministro para Acosta é verdadeiramente extraordinária, pois não o faz depender do poder do Estado, mas unicamente da ordem divina. Por isso, o ministro deve administrar os mistérios, «perdoar os pecados e pregar a Palavra de Deus», porque é a razão de todo o ministério. Ademais, «do mesmo modo que estes (os índios) têm veneração ao sacerdócio e o veem como um dom do céu, assim nós nos fazemos dignos de tão alto mistério por nossa santidade de vida»¹⁴⁷. Novamente, Acosta destaca a santidade de vida como um elemento fundamental no ministro, pois somente pela santidade torna-se eficaz a catequese do ministro. O autor, reiteradamente, alia santidade e eficácia ministerial. Sendo a santidade o primeiro aspecto, o segundo que ele destaca é o exemplo.

No capítulo dedicado ao *Exemplo de vida*, ele faz notar que não se coaduna com o ministério nenhuma espécie de esperteza, afeminamento, indecência, licenciosidade, impureza e falsidade. Antes, o ministro prime pelo bom testemunho alheio sobre sua conduta, continência, desprendimento financeiro e aja com a consciência de que Deus, os anjos e os homens contemplam continuamente suas ações. Ele afirma novamente recorrendo aos Padres:

Não só manda que seja bem conhecida em tudo sua (do sacerdote) decência, senão também sua integridade e seriedade, de sorte que não se possa notar nenhum sinal de esperteza: um olhar atrevido, um rosto afeminado, uma palavra indecente; que não tenha nenhum costume licencioso, nada que cheire a desejos impuros de coração, senão que seu porte mesmo, seu modo de andar, todas suas conversas estejam plenas de uma agradável seriedade. Tenha em conta aquelas

¹⁴⁶ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., VI, XIX, 1, p. 455.

¹⁴⁷ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., VI, XIX, 1, p. 455.

palavras de São Jerônimo, já ancião: *Qualquer falsidade que com probabilidade se possa dizer de ti, evita de antemão que se diga*. Finalmente, ganhe-se a estima dos homens nestes pontos, me refiro à continência e ao desprendimento do dinheiro. [...] Comporte-se, portanto, o ministro do Evangelho de tal maneira que em todo momento tenha presente que está sendo espetáculo diante de Deus, dos anjos e dos homens.¹⁴⁸

O ministério exposto por Acosta implica tanto a ausência de esperteza, em todos os seus aspectos, quanto a retidão capaz de conquistar a todos, quer seja no dizer quanto na continência, no desprendimento e na certeza de que tudo fazem diante de Deus, dos anjos e dos homens. Com isso, completa-se a outra face do ministério: a primeira é a santidade, a segunda, o exemplo. Daí se conclui que o método catequético somente atinge sua eficácia mediante a santidade e o exemplo de vida. Não há palavra do ministro que se sustente exceto no alicerce da vida santa e exemplar. Tal como é a condição dos ouvintes, tal deve ser a disposição do ministro, pois embora a todos falte a capacidade de “pensar a Trindade” não obstante tanto o ministro quanto os ouvintes busquem verdadeiramente “uma fé simples e sincera”, pois a razão do ministério não é erudição, mas a transmissão a todos os ouvintes da verdade que os salva¹⁴⁹.

Após apresentar o ministro e o método catequético, cumpre-nos explicitar finalmente o conteúdo que o ministro deve ensinar. Naturalmente, Acosta não difere nem se distancia da tradição eclesial, mas curiosamente recorre de novo aos Padres para apresentar o núcleo da fé cristã.

c) O conteúdo a ensinar

Acosta inicia a exposição do capítulo *O mistério da Trindade há que ensiná-los a todos* expressando a distinção entre pensar e crer na Trindade. Como já mencionamos, Acosta não considera possível “pensar” a Trindade, mas a todos, inclusive ao próprio ministro, é possível cultivar uma “fé simples e sincera”. A impossibilidade de “pensar” a Trindade decorre do fato de ser «um mistério sutil e que ultrapassa muito o sentido humano»¹⁵⁰. Por isso, mesmo quem quisesse não conseguiria apreender todo o mistério da Trindade, embora ele possa ser assimilado pela fé. Naturalmente, essa distinção

¹⁴⁸ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., IV, XVII, 3, pp. 133-135.

¹⁴⁹ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, VI, 2-3, p. 231.

¹⁵⁰ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, VI, 2-3, p. 231.

de Acosta, seguidas da expressão “alguns dizem” e “os Padres disseram” mostra claramente a herança do seu pensamento. E ainda no mesmo capítulo sobre o mistério da Trindade, ele assevera: «Dizem que o mistério da Trindade consiste em crer três pessoas em uma mesma e única essência; e que há muitos que não são capazes de pensar que é distinção de pessoas e que é unidade de essência»¹⁵¹. O nosso autor é consciente do núcleo fundamental do credo trinitário, mas também reconhece que muitos “não são capazes de pensá-lo”. Naturalmente, pensar a Trindade não é tarefa fácil, mas nem por isso ele se resigna à incapacidade de comunicar o conteúdo da missão.

A inquietação catequética acostiana o conduz novamente ao cerne do conteúdo missionário e ao núcleo do ensinamento dos Padres. Depois de citar Dionísio e São Jerônimo, agora é a vez de Agostinho. Na tentativa de tornar plausível a compreensão trinitária, ele cita tanto a *Epistola 169 ad Evodium* (PL 33, 742-748) quanto o *De Trinitate* (V, 2-6, PL 42, 936-946): «Tudo o que há que sentir deste mistério, o encerrou a Igreja nestas palavras: *Que se adore a propriedade nas pessoas, a unidade na essência e a igualdade na majestade*. A isso reduz São Agostinho, na carta que escreveu a Evódio, tudo o que escreveu em quinze livros sobre a Trindade»¹⁵². As palavras de Agostinho apresentadas em itálico mostram que no núcleo fundamental da fé não está uma teoria ou um conhecimento a ser adquirido, mas uma forma de compreensão: adorar constitui o primeiro passo e adorando, reconhecer as propriedades pessoais e a unidade e igualdade das pessoas. Com isso, Acosta não se afasta em nada da fé eclesial, porém a traduz, nas palavras de Agostinho, em uma forma mais acessível aos simples que creem no Senhor. Além disso, aponta para a condição fundamental da vida de quem crê: a adoração. Não se trata de pensar a Trindade, mas adorá-la.

Explicitado o elemento fundamental da vida de fé, Acosta passa à compreensão do que decorre da fé trinitária, a saber: o amor a si e ao próximo, bem como o respeito à lei natural. E já previamente cabe destacar que Acosta não conserva a postura de Las Casas nem a de Sepúlveda. Para o primeiro, era necessário refutar Aristóteles que, indiretamente, servira à fundamentação do direito à guerra justa com os bárbaros, incluindo os índios, o que tornou o Estagirita, um adversário indireto para Las Casas. Para o segundo, certa lógica aristotélica interpretada a modo próprio permitiu o reconhecimento não só do direito de guerra, mas também da superioridade da raça europeia frente à

¹⁵¹ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, VI, 5, p. 233.

¹⁵² ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, VI, 6, p. 235.

indígena. A postura de Acosta difere da de ambos. Antes, porém, vejamos o que ele afirma sobre o amor:

Depois de explicar o que se refere ao culto de Deus, segue-se tratar do amor ao próximo. Há que amar ao próximo como a si mesmo. E ninguém se ama a si mesmo como convém, se abandona o cuidado de sua saúde corporal e espiritual ou não persevera nela. O primeiro que é necessário inculcar aos índios, sobretudo aos bárbaros, é que olhem por sua própria saúde e não atentem contra ela, como muitas vezes fazem, por desespero ou por obstinação.¹⁵³

No capítulo *O reto amor a si mesmo*, nosso autor não só exprime o fundamental do segundo mandamento, mas antes explicita o significado do amor a si: o cuidado da saúde corporal e espiritual e o não atentar contra a própria vida. Cuidar da saúde e preservar a vida parece, à primeira vista, algo natural, porém não o é se consideramos o contexto em que Acosta escreve. Sabemos que não foram poucos os índios mortos pelos europeus¹⁵⁴, e quando ele apresenta esses dois cuidados como o conteúdo do amor próprio, ele naturalmente está reconhecendo não só a dignidade dos índios quanto o direito à própria vida. Se, para Sepúlveda, a diferença entre os europeus e os índios equivalia à diferença entre os homens e os macacos, para Acosta, os índios devem aprender o amor a si, não só como mandamento mas antes como forma para conservarem a própria saúde e não atentarem contra a própria vida. Nesse sentido, a catequese aportaria um grande benefício à vida indígena, pois não só lhes anunciaria a salvação, mas antes contribuiria para preservar a saúde e a vida em seus aspectos elementares. Ao querer preservar a vida dos índios, Acosta não só insurge-se contra a política vigente, mas antes nega não só todo massacre indígena, como se pode ler nas palavras de T. Todorov¹⁵⁵, mas também reconhece ao índio o direito de uma vida digna, em que sua saúde seja integralmente conservada. E mais, o amor a si não se reduz a essas dimensões. «Pertence também ao reto amor a si mesmo não interferir no uso da razão pela embriaguez nem fazer do homem uma besta ou, melhor

¹⁵³ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XII, 1, p. 277.

¹⁵⁴ TODOROV, *A conquista da América*, op. cit., p. 191: «Sem entrar em detalhes, e para dar somente uma ideia global (apesar de não nos sentirmos totalmente no direito de arredondar os números em se tratando de vidas humanas), lembramos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10. Ou, se nos restringirmos ao México: às vésperas da conquista, sua população é de aproximadamente 25 milhões; em 1600, é de 1 milhão.»

¹⁵⁵ TODOROV, *A conquista da América*, op. cit., p. 191.

dizendo, uma fera cruel e muito perigosa»¹⁵⁶. Esse amor ensina a viver de tal modo que toda a dignidade do índio seja integralmente resguardada. Finalmente, a última dimensão do amor a si revela-se no respeito à lei natural:

Todos estes pecados da carne, o catequista há de combatê-los assídua e gravemente, e proceder com severidade contra os violadores da lei natural. [...] Há que ensinar aos bárbaros, de todas as maneiras possíveis, a que aprendam a amar-se a si mesmos, seus sentidos e seu corpo, e a conservar-se conforme a natureza.¹⁵⁷

O amor a si implica o respeito aos sentidos e ao corpo, bem como a capacidade de conservar-se conforme a natureza. Acosta reconhece a existência de uma lei natural, mas uma lei tal que não justifica, como outros quiseram o “direito natural” à escravidão ou à guerra, mas uma lei que veta a violação aos direitos naturais. Essa lei natural que pode ser de tal modo universalizada, porque conserva a vida de todos os que por ela forem tutelados. Essa lei natural que decorre do amor a si tem sua expressão completa no capítulo seguinte: *O amor ao próximo*. Nele afirma-se: «De todos estes deveres há uma lei natural gravada e impressa na alma dos homens: O que não queres que façam contigo, não o faças tu com outros»¹⁵⁸. Dito isso, é natural que Acosta, por todos os meios, recuse qualquer discurso conivente com a escravidão ou com forma semelhante de degradação dos índios. Pode-se dizer que o conteúdo do ensinamento cristão, segundo Acosta, não é senão adorar a Trindade, amar a si e ao próximo e conservar a lei natural impressa em cada homem. Desse modo, ele não só sintetiza quanto elabora um breve catecismo das verdades fundamentais para os missionários.

O dito já é suficiente para responder à segunda questão: qual é o valor do método e o teor do conteúdo propostos por ele para pensar a transmissão do cristianismo? Quanto ao valor do método, pensamos que dificilmente a catequese cristã discordará de que a santidade e o exemplo de vida permanecem como os elementos fundamentais para o anúncio cristão. Obviamente, que aliado aos cuidados da língua, o conhecimento adequado, as verdades ensinadas, a ausência de avareza e de outras formas desonrosas de vida. Quanto ao conteúdo a ensinar, a catequese conservou os mesmos mandamentos. E, não se admire, que o direito à vida, o cuidado da saúde e a lei natural até os nossos

¹⁵⁶ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XII, 3, p. 279.

¹⁵⁷ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XII, 7, p. 285.

¹⁵⁸ ACOSTA, *De procuranda Indorum salute*, op. cit., V, XIII, 1, p. 287.

dias conservem tamanha atualidade na palavra dos missionários. Com isso, afirmamos não só a riqueza da obra de Acosta, mas também a atualidade de muitos dos seus aspectos fundamentais. E, finalmente, destaquemos todo o valor atribuído aos Padres e à Filosofia na lógica da sua argumentação. Tanto os Padres quanto os Filósofos não são citados como argumentos de autoridade, mas como parte de uma lógica e de uma argumentação que explicita as verdades fundamentais numa linguagem adequada ao tempo em que escreveu. E não nos admiremos se essa linguagem permanece atual!